

Revista Brasileira de Comércio Exterior

RBCCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXII

134

Janeiro/Fevereiro
e Março de 2018

POLÍTICA & ECONOMIA

Economias latino-americanas iniciam
2018 em velocidade de cruzeiro

RESERVAS INTERNACIONAIS

Nível adequado, custo fiscal de carregamento
e uso no resgate da dívida pública

Abertura comercial e produtividade

Política Industrial

Avaliação da experiência brasileira



FUNCEX



fundação
centro de estudos
do comércio
exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

2 EDITORIAL

Políticas em debate

Ricardo Markwald

4 AMÉRICA LATINA

As economias latino-americanas enfrentam encruzilhadas políticas em 2018

Otaviano Canuto

8 RESERVAS INTERNACIONAIS

Nível adequado, custo fiscal de carregamento e uso no resgate da dívida pública

Josué Alfredo Pellegrini

32 ABERTURA COMERCIAL

Abertura comercial e produtividade

Lia Baker Valls Pereira

50 POLÍTICA INDUSTRIAL

A experiência brasileira de política industrial: uma avaliação

Eduardo Augusto Guimarães, Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Rios

Políticas em debate

O primeiro artigo da RBCE 134, de autoria de Otaviano Canuto, descreve as perspectivas para as economias latino-americanas em 2018. O cenário global é propício: recuperação econômica sincronizada nos países desenvolvidos e discreta elevação do preço das *commodities*. Os riscos externos existem, mas são baixos. A principal ameaça resultaria de um ajuste financeiro desordenado em seguida à normalização da política monetária norte-americana.

A recuperação econômica dos países da região é fato inquestionável. Porém, ela ocorre em ritmo relativamente lento, em virtude dos baixos investimentos e do reduzido aumento da produtividade no período recente. Quais os riscos para a continuidade da retomada? Basicamente dois. Em primeiro lugar, os ciclos político-eleitorais em alguns países-chave da região, que podem induzir nos investidores privados a adoção de atitudes de excessiva cautela (*wait and see*), contribuindo para uma recuperação mais lenta da atividade econômica. Em segundo lugar, o risco decorrente do abandono de políticas pró-reforma ou tendentes ao aumento da produtividade por parte de novos governos eleitos. Em suma, o cenário global é propício à expansão da atividade econômica da região, mas o efetivo aproveitamento dessa janela de oportunidades é incerto.

O artigo de Josué Pellegrini reproduz monografia que obteve o primeiro lugar na XXII Prêmio Tesouro Nacional em 2017. O trabalho discute a adequação do nível das reservas brasileiras, seu custo fiscal de carregamento e o eventual uso do excesso de reservas no resgate da dívida pública. O nível das reservas é avaliado à luz de diversas métricas e comparações internacionais, levando à conclusão de que o Brasil detém reservas em montante superior ao necessário por razões puramente precaucionais. A seguir, o trabalho elabora estimativas do custo líquido de carregamento das reservas, incorporando no cálculo o efeito das variações cambiais e, também, o resultado das operações de *swaps*. O impacto de ambos esses fatores é relevante. Por fim, o trabalho discute de forma cuidadosa o uso do excesso de reservas no resgate de parcela da dívida pública. O autor alerta para a sensibilidade das estimativas a alguns pressupostos. Em primeiro lugar, o montante de reservas a ser considerado “excedente”, pois sua magnitude difere substancialmente, a depender da métrica escolhida na avaliação do nível “adequado” de reservas; em segundo lugar, a imprevisibilidade das variações cambiais, haja vista o forte impacto de tais oscilações no custo fiscal de carregamento das reservas. Feitos os alertas, o autor estima os ganhos – redução do custo fiscal – que poderiam advir do uso de parte das reservas no abatimento da dívida pública, mostrando que eles podem ser expressivos: em torno de 0,4% do produto interno bruto (PIB) no cenário básico.

O trabalho faz, contudo, duas advertências que precisam ser destacadas: primeiro, o ajuste fiscal continua a ser o principal instrumento de controle do endividamento, com a venda de parte das reservas constituindo apenas um complemento a esse esforço de ajustamento; segundo, os recursos gerados com a venda de reservas devem ser efetivamente utilizados no abatimento da dívida pública. Quaisquer usos alternativos devem ser desconsiderados: o pior cenário seria a venda de reservas excedentes para financiar gasto primário.

O terceiro artigo, de autoria de Lia Baker Valls Pereira, examina o grau de abertura da economia brasileira com base em diversos indicadores; discute o elo entre abertura comercial e produtividade, destacando a existência de evidências empíricas, muitas vezes controversas; e enfatiza a importância de incluir o tema da liberalização do comércio de serviços na discussão sobre abertura da economia.

O mapeamento dessas questões serve de apoio para que a autora formule sua visão do processo de liberalização, a partir dos seguintes pressupostos e recomendações:

- Elevar o grau de abertura é condição necessária para o aumento da produtividade da economia brasileira. A Reforma tarifária de 1991 impactou positivamente a produtividade da indústria brasileira e esse resultado pode se repetir.

- Será preciso anunciar com antecedência o cronograma da reforma tarifária. Ela precisará ser gradual. Inicialmente, deverá eliminar todas as distorções introduzidas na estrutura tarifária a partir de 1995 (barreiras tarifárias e não tarifárias) e promover, também, a redução das tarifas incidentes em bens intermediários e de capital, sectores nos quais os ganhos de produtividade afiguram-se certos e rápidos.
- Apesar das recomendações acima, a autora é cética em relação à possibilidade de o Brasil conseguir encaminhar uma reforma unilateral, em virtude de resistências políticas. Alternativamente, portanto, cabe concluir o acordo Mercosul-UE e deslanchar, logo a seguir, negociações com outras economias, tentando alcançar resultados similares.
- O processo de liberalização deve ocorrer paralelamente ao compromisso de reduzir o “custo Brasil” e deve vir acompanhado de medidas para atenuar os custos de ajustamento. A reforma tarifária deve estar inserida no marco de um programa geral de melhora da produtividade.

O artigo de Eduardo Augusto Guimarães, Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Rios descreve a evolução da política industrial brasileira ao longo de quase oito décadas. Essa longa evolução é subdividida em períodos que se distinguem pela ênfase colocada no uso de determinados instrumentos, por mudanças no ambiente econômico doméstico ou em mutações nas tendências da economia mundial.

A avaliação da experiência brasileira de política industrial merece dos autores três constatações. A primeira delas destaca o sucesso da política de substituição de importações em promover uma estrutura industrial bastante diversificada, êxito que distingue o Brasil positivamente entre as demais economias latino-americanas, cuja orientação de política foi bastante similar. A política industrial removeu obstáculos, acelerou processos de transformação estrutural e contribuiu para atrair importantes fluxos de investimento externo. Ao combinar a imposição de barreiras com incentivos à presença de empresas estrangeiras, em contexto em que a expansão da produção no exterior fazia parte da estratégia de crescimento das grandes empresas europeias e norte-americanas, a política industrial brasileira contribuiu para o estabelecimento de uma indústria não apenas diversificada, mas também internacionalizada.

A segunda constatação é menos positiva: a indústria brasileira é diversificada, mas pouco competitiva e com nítido viés autárquico. O baixo grau de competição é, indubitavelmente, consequência, em larga medida, de escolhas erradas de política industrial, principalmente da exacerbação no uso de alguns instrumentos ou de sua vigência por prazos demasiadamente prolongados. Barreiras às importações, controles de preços, exigências de políticas de conteúdo local, regras de compras governamentais, políticas orientadas por lógicas setoriais etc. contribuíram para gerar um marco para os negócios pouco competitivo. Não faltaram “boas” políticas industriais (tecnológicas e de inovação), mas elas se mostraram incapazes de afetar o comportamento das empresas, imersas num ambiente de negócios protegido e pouco exigente. As políticas pró-competição nunca foram o foco da política industrial, sempre preocupada em preservar uma estrutura industrial herdada da fase de substituição de importações.

A terceira constatação é um corolário da anterior. A economia mundial sofreu grandes transformações tecnológicas e organizacionais nas últimas três décadas. A fragmentação da produção mundial e as revoluções na informática e na eletrônica promoveram o desenvolvimento de estratégias calcadas em ganhos de produtividade e competitividade. Enquanto isso, o paradigma de política industrial no Brasil não mudou. O que explica essa resiliência? Consoante os autores,

...(no Brasil) o projeto de industrialização foi identificado ao projeto de nação e à própria ideia de desenvolvimento, conferindo-lhe elevado grau de legitimidade política... Esta visão, construída socialmente desde os anos 1950, foi – e ainda é – amplamente compartilhada por uma coalizão de interesses empresariais e de formuladores de política, acadêmicos e líderes políticos e sindicais.

Boa leitura!

Ricardo Markwald
Diretor geral da Funcex

Conheça a Programação dos Treinamentos que serão realizados em 2018

Fundada em março de 1976, a Funcex adquiriu a competência única no país em seu campo de atuação. Além de dedicada exclusivamente à área de comércio exterior e de economia internacional, a Funcex tem um *portfólio* de atividades diversificadas e complementares que lhe asseguram uma posição ímpar e lhe permitem desempenhar plenamente seu objetivo de contribuir para a promoção do comércio exterior do Brasil. Outra característica institucional exclusiva da Funcex reside no fato de operar na interseção dos campos de interesse do setor público, do meio empresarial e das áreas acadêmicas e políticas, estabelecendo canais de diálogo e consulta entre dotados de lógicas diversas de reflexão e de ação.

A crescente compreensão do papel do comércio exterior como instrumento de desenvolvimento econômico e social e o consenso sobre a importância de uma inserção competitiva do país na economia mundial são fatores que reforçam a pertinência de uma instituição tecnicamente isenta e reconhecida, no Brasil e no exterior, pelo pioneirismo e pela experiência acumulada em suas áreas de competência.

Os programas de capacitação em comércio exterior elaborados pela Funcex atendem as demandas do mercado, tanto público como privado, provendo informações relevantes aos profissionais que desejam capacitar-se para atuar nas áreas operacionais e gerenciais. Com um corpo docente qualificado, com grande experiência profissional, apostilas atualizadas e ambiente agradável, o participante obtém excelente formação. A formatação dos cursos – abertos, em parceria com instituições que fomentam o comércio exterior brasileiro, *in company* – são realizados tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de EAD. Disponibilizamos na página ao lado a programação de 2018.

- **Cursos realizados na modalidade EAD *On-line***

Milhões de pessoas aderiram ao Ensino a Distância no Brasil, e a Funcex, acompanhando esta tendência, desenvolveu sua plataforma de ensino para disponibilizar os treinamentos que hoje são realizados presencialmente, em sua sede no Rio de Janeiro, a todo o Brasil e mundo por meio do EAD. Agora você pode se preparar para ingressar no comércio internacional estudando em uma instituição que possui 40 anos de credibilidade no mercado, em uma plataforma moderna e acessível de qualquer lugar e a qualquer hora; que disponibiliza vídeos autoexplicativos e exercícios práticos; que prevê interação por meio de fóruns, chats e hangouts; com metodologia que favorece sua autonomia, organização e disciplina; e que possibilita excelente networking com pessoas que já atuam no mercado.

- **Cursos presenciais realizados *in company***

São programas de treinamento estruturados para atender às necessidades específicas de uma empresa. A partir de uma solicitação, a Funcex analisa a demanda, elabora um programa específico e executa-o. Esses cursos podem tratar de todos os temas ligados ao comércio exterior, nos níveis de direção, gerencial, técnico e operacional, sob as perspectivas estratégicas, ambiental, e organizacional.

O principal diferencial dos cursos *in company* é a elaboração de conteúdos, formatos e horários personalizados, alinhados aos objetivos estratégicos da empresa, com foco nos resultados esperados – melhor desempenho das equipes. Os programas dos cursos *in company* são elaborados por uma equipe multidisciplinar (recursos humanos, área internacional, economia e diretoria de pesquisa), metodologia que permite melhor conhecimento da necessidade do cliente e, em consequência, a elaboração de conteúdo programático e seleção dos instrutores visando à obtenção dos melhores resultados.

- **Para obter maiores informações sobre nossos treinamentos, entre em contato conosco nos seguintes canais:**

Telefones: (21) 2509-7000, 3259-7002
E-mail: cursosfuncex@funcex.org.br
Site: www.funcex.org.br

Celular e WhatsApp: (21) 9 8111-1760
Skype: [cursos.funcex](https://www.skype.com/name/funcex)

Cronograma de Cursos que serão Realizados em 2018

Cursos realizados na Cidade do Rio de Janeiro*	Carga horária	Datas em 2018	Horário
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	09 a 14 de abril	09h. as 18h.
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	14 a 30 de maio	17:30h. as 21:30h
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	16 de julho a 02 de agosto	14h. as 18h.
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	13 a 30 de agosto	08h. as 12h.
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	10 a 27 de setembro	14h. as 18h.
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	15 a 31 de outubro	14h. as 18h.
Básico intensivo em exportação e importação presencial	48 h/a	05 a 12 de dezembro	09h. as 18h.
<i>Drawback</i> como mecanismo de competitividade para as exportações	20 h/a	07 a 11 de maio	09h. as 13h.
	20 h/a	06 a 10 de agosto	14h. as 18h.
Repetro	20 h/a	04 a 08 de junho	14h. as 18h.
	20 h/a	01 a 05 de outubro	09h. as 13h.
Análise de Cartas de Crédito Documentário com base nas normas da Câmara de Comércio Internacional	20 h/a	08 a 12 de maio	14h. as 18h.
	20 h/a	06 a 10 de agosto	09h. as 13h.
Elaborando sua Estratégia em Logística Internacional	16 h/a	06 a 09 de julho	09h. as 18h.
	16 h/a	09 a 12 de novembro	09h. as 18h.
Siscoserv	20 h/a	04 a 08 de junho	09h. as 13h.
	20 h/a	01 a 05 de outubro	14h. as 18h.
Programa de Capacitação em Comércio Exterior realizado em parceria com a FIRJAN Internacional			
• DU-e (Declaração Única de Exportação) na prática	06 h/a	03 de abril	09h. as 16h.
	06 h/a	19 de julho	09h. as 16h.
	06 h/a	06 de novembro	09h. as 16h.
• Avaliando a capacidade exportadora, selecionando o mercado, avaliando as formas de ingressar no mercado-alvo, adequando o produto	08 h/a	18 de abril	09h. as 18h.
• Marketing Internacional	08 h/a	16 de maio	09h. as 18h.
• Classificação Fiscal de Mercadorias e Incoterms – Termos Internacionais de Comércio	08 h/a	13 de junho	09h. as 18h.
• Procedimentos e Rotinas na Exportação	08 h/a	18 de julho	09h. as 18h.
• Procedimentos e Rotinas na Importação	08 h/a	15 de agosto	09h. as 18h.
• Pagamentos Internacionais e Câmbio na Exportação e Importação	08 h/a	12 de setembro	09h. as 18h.
• Transporte Internacional de Cargas	08 h/a	17 de outubro	09h. as 18h.
• Seguro de Transporte Internacional de Cargas	08 h/a	28 de novembro	09h. as 18h.
• Gestão Tributária em Regimes Aduaneiros Especiais	08 h/a	04 de dezembro	09h. as 18h.

Nota: * Temos previsão de abrir turmas em São Paulo e Minas Gerais.